



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08089964420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIANO JOSE NOGUEIRA DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada referente à MÃO DIREITA, seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Conforme se extrai da inicial, o pedido do autor funda-se na invalidez do MEMBRO INFERIOR DIREITO:

O autor sofreu grave fratura exposta **Fêmur direito**, decorrente do acidente objeto desta lide, no qual **restou sequelas que limitam os movimentos físicos do autor, ficando o mesmo sem laborar até a presente data.** (laudo médico em anexo).

Corroborando, os documentos médicos apontam, exclusivamente, esta lesão:

RESGATE		Registro Sol.		Registrado por: SOUSA
Queixa Principal	<input type="checkbox"/> Síndrome Febril <input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório <input type="checkbox"/> Suspeita de Dengue			
Anamnese de Enfermagem		GSC		
História de acidente motociclístico (moto-moto), usando capacete, sem uso de álcool.		AO: 1 2 3 4 RV: 1 2 3 4 5 MRV: 1 2 3 4 5 6 TOTAL		
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____:____h)				
Exame Físico				
Supraumbilical no alto do fêmur direito com orifício aberto, sem alteração capilar; S.O.: 90, P.S.: 132.30 FC: 104 sem alteração neurológica.				
Hipótese Diagnóstica				
fx fêmur ?				

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da MÃO DIREITA, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

Já em relação à invalidez do MEMBRO INFERIOR, tal lesão foi indenizada em sede administrativa devendo ser considerado para todos os fins o valor pago na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA:	19/02/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ADRIANO JOSE NOGUEIRA DE SOUZA

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02084-2

CONTA: 000000014248-4

Nr. Autenticação

BRADESCO1902201905000000000023702084000000014248236250 PAGO

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexos de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez da MÃO, bem como não se mostrando crível o agravamento da invalidez do MEMBRO INFERIOR, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR